

A UNABI NO CESCUD/UEMA: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS

Deuzimar Costa Serra¹
Adriana Pereira da Silva²

RESUMO

O Programa Universidade Aberta Intergeracional - UNABI, implantado no Centro de Estudos Superiores de Codó-CESCUD/UEMA, foi institucionalizado por meio da Resolução nº 1192/2016-CEPE/UEMA e teve início no período letivo 2016.2. Após 02 (dois) anos de funcionamento, realizou-se uma pesquisa com as turmas de 2019, com o objetivo geral de analisar as atividades gerontagógicas tendo como referência os impactos e desafios da UNABI e, como objetivos específicos, relacionar as contribuições das atividades executadas no enfoque intergeracional; identificar atividades gerontagógicas que indicam uma relação dialógica intergeracional e, descrever sobre os desafios enfrentados na aplicação das atividades da UNABI. A metodologia teve base uma abordagem qualitativa da pesquisa, de cunho bibliográfico e de campo na perspectiva de investigar a temática através de informações obtidas nas turmas, dialogando com teóricos que colaboram com essa abordagem, o público alvo desse trabalho foi 70 (setenta) alunos idosos do programa UNABI. Os resultados e discussões revelaram o perfil dos idosos que são oriundos da zona urbana, maioria do sexo feminino, grau de escolaridade baixa, aposentados e responsáveis pelo sustento de seus lares, demonstram que não são sabedores da totalidade dos seus direitos garantidos no Estatuto do Idoso. Diante dos resultados obtidos na pesquisa, conclui-se que o programa é importante no que concerne ao cumprimento da extensão, disseminando informação em defesa da inclusão e qualidade de vida em particular de pessoas que estiveram à margem do processo de desenvolvimento social, sobretudo para melhoria da autoestima e formação continuada das pessoas idosas.

Palavras-chave: UNABI, Idoso, Intergeracional.

¹Doutora em Educação pela UFC. Professora Adjunto II do Centro de Estudos Superiores de Codó da Universidade Estadual do Maranhão-CESCUD/UEMA; Autora e Coordenadora do Projeto Intergeracional; deusa_dkg@yahoo.com.br.

²Graduada pelo Curso de Bacharelado em Administração pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, drikkaross@gmail.com;

INTRODUÇÃO

O Programa Universidade Aberta Intergeracional-UNABI é uma iniciativa da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis-PROEXAE, que constituiu uma Comissão específica para elaborar o Projeto Pedagógico da UNABI, foi institucionalizada por meio da Resolução nº 1192/2016-CEPE/UEMA, iniciou sua programação no período letivo 2016.2, aliada às entidades parceiras, promove ações de caráter técnico-científico em uma perspectiva intergeracional a fim de possibilitar a inserção das pessoas idosas na Universidade, proporcionando trocas de saberes e experiências entre os participantes.

A UNABI promove atividades socioeducativas que oportunizem a formação continuada, inserção social e qualidade de vida da pessoa idosa, aprimorando seus conhecimentos e contribuindo para a elevação dos níveis de saúde física, mental e social, além de aproximar e promover a interação entre a Universidade e outras gerações.

Após 02 (dois) anos de funcionamento, realizou-se uma pesquisa com as turmas do ano de 2019, com o objetivo geral de analisar as atividades gerontagógicas tendo como referência as contribuições e desafios da UNABI e, como objetivos específicos, relacionar as contribuições das atividades executadas no enfoque intergeracional; identificar atividades gerontagógicas que indicam uma relação dialógica intergeracional e, descrever sobre os desafios enfrentados na aplicação das atividades do Programa.

O Programa UNABI, foi implantado no Centro de Estudos Superiores de Codó-CESCD/UEMA, com 02 (duas) turmas nas Modalidades de Alfabetização e Letramento e Formação Continuada, institucionalizado por meio da Resolução nº 1192/2016-CEPE/UEMA como início no período letivo 2016.2. A UNABI foi organizada no formato de extensão universitária, destinada a promover a inserção educacional, social e cultural em prol da qualidade de vida da pessoa idosa, além de oportunizar a interação entre as gerações.

Neste contexto, o a UNABI, têm como meta à inserção das pessoas idosas por meio de ações educativas intergeracionais, tendo como referência a Política Nacional de Atenção ao Idoso, com base legal a Lei nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994 e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 01/10/2003), que estabelece a política do idoso em nosso país, e, ainda estudos e pesquisas pedagógicas por educadores brasileiros nessa área, fazendo-se cumprir o:

Art. 25. “O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual” (Lei nº 10.741 de 01/10/2003) (BRASIL, 2003).

Observa-se dentro desse contexto, levando em conta os direitos dos idosos que após mais de uma década do Estatuto do Idoso, se faz necessário discutir e articular a garantia dos direitos fundamentais para os idosos, dentre eles o direito a educação e a saúde. A ação provocará impactos resultando na melhoria da qualidade de vida dessa categoria e, por conseguinte no diálogo entre as gerações, que será possível a partir do momento em que se conhece as dificuldades, desafios que os idosos enfrentam.

Os idosos encontram-se incluso em legislações específicas da modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CEB 11/2000), o idoso é citado, porém dentro desta modalidade.

Nessa reflexão, cabe ressaltar a garantia dos direitos em função de sedimentar uma educação, cultura para os idosos com interesses, trabalhos, responsabilidades que tornem sua sobrevivência digna, o que remete a outras reflexões tendo como referência as políticas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos no Brasil.

Portanto, se faz necessário o início de uma revolução progressiva no campo educacional do lugar social da terceira idade, evoluindo e possibilitando um espaço, valorização da autoestima dos idosos reconhecendo que a velhice é uma etapa natural da vida isto posto, que começamos a envelhecer a partir do momento em que nascemos, permitindo uma imagem do idoso enquanto sujeito psíquico existente e como agente social detentor de direitos e deveres que vive, contribui e participa da sociedade a que pertence.

O processo biológico do envelhecer no ser humano é afetado por vários fatores: sociais, profissionais, políticos e tantos outros. O envelhecer é um processo particular de cada indivíduo influenciado por expressões do estilo de vida de cada pessoa, ou seja, tem a ver com o contexto social no qual o indivíduo está inserido e/ou com os seus hábitos alimentares e suas atividades desenvolvidas durante sua vida profissional, isso tudo sem falar nas disposições genéticas de cada pessoa.

A relevância do tema se deve ao fato da pesquisa possibilitar melhor compreensão do campo gerontagógico na inserção do idoso no contexto educacional na capacitação de profissionais capacitados para trabalhar com essa faixa etária na alerta da importância das políticas públicas para que o idoso se encaixe realmente na sociedade como cidadão de direito e dever.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos adotados para realizar este trabalho, estão referendados na pesquisa teórica, de cunho bibliográfico e de campo, pela relação com a questão norteadora e objetivo do estudo sobre a temática. Nesse enfoque, destaca-se que a pesquisa bibliográfica, pressupõe a seleção de aportes teóricos que dialogam sobre o tema em epígrafe, pois de acordo com Gil (2014, p. 50):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. [...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

A pesquisa de campo, segundo Gonsalves (2001, p.67), é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas.

Na fase qualitativa da pesquisa foi utilizado uma entrevista semiestruturada e na quantitativa foi aplicado um questionário sócio demográfico com os sujeitos, além da utilização de outros instrumentos que auxiliem na obtenção de dados da pesquisa de campo. Tivemos como público alvo 70 (setenta) alunos do programa UNABI, das modalidades de Alfabetização e Letramento e Formação Continuada, das turmas de 2019.

Em relação ao roteiro de entrevista semiestruturada, justificamos em Minayo (2019), quando aborda sobre esta questão, destacando que as entrevistas podem ser estruturadas e não estruturadas dando abertura para o entrevistado relatar sobre suas concepções e práticas em gestão. Daí, a utilização desse instrumento, dado o contexto peculiar e a necessidade de elaborar um roteiro para facilitar a participação dos pesquisados, tornando mais rico os resultados do contexto investigado.

REFERENCIAL TEÓRICO

O analfabetismo no Brasil é uma realidade, segundo o IBGE (2010) 9,7% da população, com 15 ou mais anos de idade são analfabetos, sendo que o maior percentual, 39,2% está na faixa etária de 60 ou mais anos. Embora existam programas para superar o analfabetismo, eles não têm dado conta de cumprir com essa missão, nem com a função reparadora dessa dívida social, mas equalizadora e, sobretudo qualificadora, funções da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), que implica no compromisso de todos, governo e sociedade, pela garantia dos direitos à educação ao longo da vida.

Nessa direção, concordamos com Freire (2019, p. 38): “A alfabetização, como a educação em geral, não é a força motriz da mudança histórica. Ela não é apenas meio de libertação, mas instrumento essencial para todas as mudanças sociais”. Sem dúvida, Freire (2019, p. 90) afirma: “A educação é uma forma de intervenção no mundo”, é com esse pensamento que defendemos a garantia do direito à educação como ferramenta para inserção

O desafio é para todos, pois muitas vezes o argumento de desenvolvimento econômico a todo custo é muito sedutor, principalmente, para um país que sofre com sérias dificuldades educacionais, econômicas, políticas e sociais, em suma, dificuldades financeiras. Para enfrentar essa realidade faz-se necessário uma parceria urgente entre todos os idosos, família, sociedade e Estado para juntos construirmos vida digna para os idosos, assegurando políticas públicas para todas as idades.

Nessa perspectiva, o Programa UNABI visa desenvolver atividades de extensão Universitária que atenda as exigências do atual contexto e que atinja os idosos cadastrados envolvidos junto a outras gerações do seu cotidiano, com a intenção de superar os problemas nas relações intergeracionais, e, também propiciar oportunidades aos idosos de participarem do processo educativo em contexto escolar e não escolar.

É necessário aprender sobre o envelhecimento na escola, na universidade e no trabalho, pois muitos conflitos e ignorância persistem, porque ninguém lida bem com o que não conhece e nós não aprendemos sobre o nosso próprio envelhecimento. Há uma cultura, um passado, uma experiência e uma vontade própria de respeitar as pessoas idosas, que devem ser respeitadas na sociedade, transmissoras às gerações mais jovens de um patrimônio, de valor inestimável, a ser preservado (SERRA, 2015, p.176).

O idoso tende a se sentir rejeitado em um mundo tão elétrico e que pouco valoriza a sabedoria e a história que se limitam somente aos avanços tecnológicos da modernidade, assim o idoso também rejeita os que o cercam, pois se sente atordoado, deslocado, perdido, daí surge à necessidade de uma busca, onde possa lançar-se um pouco mais no universo do outro para se dialogar com as diferenças e limitações de cada um. Segundo Miranda (2005), é importante se estabelecer limites para se evitar a rejeição nas relações com o outro.

Antecedentes históricos

Os Programas das Universidades Abertas para pessoas idosas têm como antecedentes históricos experiências e modelos de iniciativa. Segundo Cachioni (2003), França e os Estados Unidos foram pioneiros em criar oportunidades educacionais para idosos nos anos 70, coincidindo com a intensificação do processo de envelhecimento populacional desses países.

Os modelos e as denominações criados nesses países difundiram-se em poucos anos por todo o mundo, contribuindo para a institucionalização de uma nova etapa no curso da vida e criando oportunidades para a realização de investigações e experiências de trabalho com adultos mais idosos.

Segundo Cachioni (2003), as primeiras ações, no âmbito da extensão universitária na área gerontológica, datam do início da década de 80 com a criação em 1982 o NETI – Núcleo de Estudos da Terceira Idade, da Universidade Federal de Santa Catarina, que dava ênfase à realização de estudos e à divulgação de conhecimentos gerontológicos.

Nesse enfoque, torna-se necessário evidenciar o conceito do termo Universidade Aberta, que se caracteriza pela inexistência de pré-requisitos e impedimentos legais para ingresso na universidade, ou seja, acolhe todo cidadão que almeja matricular-se nos cursos disponíveis. Porém, é restritivo quanto ao número de vagas, com ofertas planejadas pelas instituições parceiras, conforme recursos humanos e financeiros.

Posteriormente, Cachioni (2003) aborda as principais Universidades pioneiras que deram continuidade, no Brasil, com atividades voltadas para os idosos e formação de profissionais que atuam junto ao programa, as quais destacamos: Universidade da Terceira Idade da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1990); Universidade da Terceira Idade da Universidade Metodista de Piracicaba (1990); Universidade Aberta à Terceira Idade de São Paulo (1995); Universidade Aberta da Terceira Idade do Rio de Janeiro (1980); Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina (1982); Centro Regional de Estudos e Atividades para a Terceira Idade da Universidade de Passo Fundo (1991) e Núcleo Integrado de Estudos e Apoio à Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Maria (1984).

Com o aumento na oferta de Programas educacionais para adultos maduros e idosos, nos últimos vinte anos, cresceu a preocupação no que se refere à formação continuada de professores, assim como aos fundamentos e métodos apropriados para a educação continuada dessa categoria. Nesse sentido, Cachioni (2003) aborda que a educação dos idosos e a formação de pessoal emergem para a construção de novas possibilidades no ato de educar idosos. Na literatura especializada podemos encontrar várias denominações. Todas representam nomenclaturas dessa nova área, dentre as quais, citamos: Gerontologia Educacional, Educação Gerontológica, Gerontagogia, sem descartar a existência de outras denominações.

Concepções dos termos adotados no Programa UNABI

A Gerontagogia como disciplina das ciências da educação, citada por Cachioni (2003) ressalta que a questão da educação antecede o envelhecimento e os seus sujeitos; entende que a Gerontagogia está mais preocupada com o ensino aprendizagem. A autora aborda ainda, que outros estudiosos da Gerontagogia compreendem que essa ciência deve estar atrelada a Gerontologia e a outras especialidades como a Psicologia, a Filosofia, a antropologia, a história, a sociologia e a economia, que poderão ajudar no momento em que for necessário decidir sobre o que, para que e como educar as pessoas idosas.

A palavra Gerontologia, segundo Neri (2007, p. 95), “É o campo multi e interdisciplinar que visa a explicação das mudanças típicas do processo do envelhecimento e de seus determinantes genético-biológicos, psicológicos e socioculturais.”

A autora destaca ainda, as três áreas de abrangência da Gerontologia Educacional: Educação para idosos, para a população em geral sobre a velhice e os idosos, através de programas que ofereçam espaços intergeracionais e a formação de recursos humanos para o trabalho com os idosos. Em Síntese, Neri ressalta que a Gerontologia Educacional deve ser entendida como um método de organização, ensino, instrução, e facilitação do aprendizado e também como intervenção social voltada para a socialização e a ressocialização dos idosos, dos que trabalham com eles e da sociedade em geral.

Néri (2007) destaca que no Brasil a Gerontologia Educacional abrange educação não escolar e educação escolar com atividades de lazer e sociabilidade, inclusive em Programas pertinentes à modalidade da Terceira Idade. Afirma que “A educação para idosos, também pode ser vista em termos compensatórios, visando a alfabetização, a educação básica em saúde e a informação sobre o processo de envelhecimento” (NERI, 2007, p.123), embora segundo discussão atual é uma questão de direito, a educação ao longo da vida.

Face ao exposto, nos referimos à Gerontagogia, numa abordagem de educação ao longo da vida. Concordando com Kachar (2001), ao afirmar que:

Uma escola voltada aos idosos é ensinar a repensar o pensamento, para criar grupos permeados por um sentimento de identidade e gerar vínculos, criar situações de aprendizagem para unidos ganharem força e coragem para reagirem aos estigmas da velhice (perdas, isolamento, incapacidade), para viverem um novo paradigma de velhice (ganhos, lutas, participação e autonomia), e desta forma estarem fortalecidos para sua inserção na família e em outros grupos sociais. (KACHAR, 2001, p. 24).

Entretanto, Lemieux (2000) nos reporta a uma reflexão sobre a educação anteceder a referência ao envelhecimento e aos sujeitos envelhecidos, pois o autor compreende que a

gerontagogia, enquanto ciência social, está mais preocupada com o ensino/aprendizagem que com o fato de que os educandos sejam pessoas idosas.

Reportamos a Ferreira (2000), que define “Velho” como alguém muito idoso, antigo, que está gasto pelo uso, desusado, obsoleto. Entretanto, compreendemos que somente através do envelhecimento temos a possibilidade de experimentar a transformação, a perplexidade, ansiedade, as certezas e incertezas, porque sair do casulo para alcançar novos voos é ter medo e ousadia. Nesse sentido, segundo Serra (2015), ressignificar a velhice é reinventar, buscar entusiasmo e capacidade de recuperação, de uma redescoberta de si, dos outros e do mundo, que resultará em novas realizações e aquisições em busca da melhoria da autoestima e de atingir projetos frustrados ao longo da vida, em outras etapas, permitindo uma velhice bem-sucedida.

Educação ao longo da vida e as políticas públicas

Esse é um direito de todos protegidos por várias leis, a começar da própria Constituição Federal do Brasil de 1988, que prevê em seus artigos vale ressaltar que o artigo 205º, refere-se à educação como direito de todos e dever do Estado e da família, e que a mesma será promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nessa perspectiva, apenas com a Constituição de 1988 a participação se tornou uma realidade desapegada do controle social realizada pelo Estado e sim com a incumbência do Controle Social realizada pelas organizações civis para garantir direitos e tomada de decisão, dessa forma descentralizando cada vez mais as ações, na medida em que a população se torna componente do processo. Habermas (1997) reflete a democracia por meio da visão participativa e social, entende-se que todo cidadão tem direito a participação.

Merece destaque também a Lei n. 8.842/94, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso, esta lei tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. No plano de ação governamental integrado para o desenvolvimento da Política Nacional do Idoso o Ministério Setorial da Educação e Desporto, junto a Secretaria de Educação Superior deverá viabilizar a criação de Universidades Abertas à Terceira Idade, bem como prestar apoio às instituições de ensino superior que mantenham tais programas.

A Lei nº 10.048/2000, estabelece prioridade no atendimento ao idoso maior de 65 anos, em todos os bancos, órgãos públicos e concessionárias de serviço público. A Lei nº 10.173/2001, inclui os artigos 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C no Código de Processo Civil,

estabelecendo prioridade na tramitação de processos judiciais de idosos, maiores de 65 anos de idade, em qualquer instância ou tribunal. O Decreto nº 4.227/02 cria o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Programa UNABI está estruturado, tendo como cerne, “O Direito de Continuar Aprendendo”, como princípio básico para a garantia do direito à educação, conforme a Legislação; toda a proposta, experiência e resultados iniciais estão referendados nos autores destacados neste texto que possuem contribuições significativas para a temática em epígrafe.

Para Serra (2015) o direito à educação como bem preconiza a Declaração dos Direitos Humanos, aprovada em 1948 e legislações que convalidam a efetividade dessa questão, remetem para um diálogo sobre os direitos dos idosos continuarem aprendendo e convergem para reflexões sobre “direito” desta feita, relacionados à educação, como sendo esse princípio para aquisição de outros direitos.

Concordando com Neri (2007), “[...] a baixa escolaridade limita o usufruto de bens e produtos culturais e a defesa dos próprios direitos, e constitui-se num dos principais fatores de exclusão social” (p. 216), e, para que haja mudanças é de suma importância não só a garantia a todos os idosos, o acesso à educação ao longo da vida, independente da escolaridade, respeitando seu ritmo de aprendizagem e suas peculiaridades, incluindo também, como diz a mesma autora, o domínio das novas tecnologias e a participação junto a outras gerações, na produção de bens e cultura.

Os resultados e discussões revelaram o perfil dos idosos que são oriundos da periferia, zona urbana, maioria do sexo feminino, grau de escolaridade baixo, aposentados e responsáveis pelo sustendo de seus lares, demonstram que não são sabedores da totalidade dos seus direitos garantidos no Estatuto do Idoso. Os resultados das questões norteadoras foram palestras motivacionais; atividades físicas, melhoria e qualidade de vida, Leitura e debates sobre o Estatuto do Idoso em Cordel; Coral; Oficinas de teatro, artesanato e informática.

Neri (2007) destaca que “[...] a educação ao longo da vida e na velhice é considerada um instrumento fundamental à determinação de uma velhice bem-sucedida” (p. 109), aproveitando os contextos escolares e não escolares para construir possibilidades de uma educação inclusiva, tanto discutida e legalmente constituída, mas ainda distante de ser efetivada.

A Educação, reitera Serra (2015) como um dos direitos fundamentais garantido no Estatuto e em documentos que imprimem as necessidades dos idosos, requer também, com

urgência, a reestruturação das políticas educacionais, que contemplem a educação ao longo da vida, proposta pelas V e VI CONFINTEA e fundamentada nas concepções da Gerontagogia (Educação do Idoso), tendo como eixo norteador as diretrizes curriculares da EJA, o Estatuto do Idoso, a Declaração de Hamburgo (1987) e o Marco de Ação de Belém (2009), dentre outros amparos legais.

Importa enfatizar que os idosos como aprendizes na escola, pertencem à modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), que permite reconhecê-los como sujeitos de sua história e aprendizagem, com uma bagagem de experiências e conhecimentos que os sistemas de ensino precisam valorizar e inserir na sua proposta pedagógica, fundamentada na Gerontagogia (Educação do Idoso), tendo como princípio básico o processo de ensinar e aprender ao longo da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa indicou os principais desafios: resistência da participação do sexo masculino; transporte para locomoção, dificuldades nas relações intergeracionais. Diante dos resultados obtidos na pesquisa, conclui-se que o programa é importante no que concerne ao cumprimento da extensão, disseminando conhecimento em defesa da inclusão e qualidade de vida em particular das pessoas que estiveram à margem do processo de desenvolvimento social, sobretudo para melhoria da autoestima e formação continuada do públicos alvo.

As ações da UNABI-UEMA, após a sua fase de implantação, apresentou resultados positivos das modalidades oferecidas; em destaque, ressaltamos parcialmente aspectos que denotam e expressam a credibilidade e valorização do Programa, dentre outras, a perseverança, participação e empolgação de todos os envolvidos, de modo especial das pessoas idosas que curiosamente deixam transparecer o sentimento de valorização pessoal, pela oportunidade de estudarem na Universidade, de aprender e ensinar temáticas significativas para a vida. Podemos concluir afirmando a importância do referido Programa no que concerne ao cumprimento dos serviços de extensão da universidade para a sociedade, difundindo conhecimentos em defesa da inclusão e qualidade de vida em especial de pessoas que ficaram a margem do processo de desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Estatuto do Idoso**: Lei nº. 10.741, de outubro de 2003. Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- CACHIONI, Meire. **Quem educa os idosos?** Um estudo sobre professores de universidades da terceira idade. Campinas: Alínea, 2003.
- Deuzimar Costa. **Gerontagogia Dialógica Intergeracional para autoestima e inserçãosocial de idosos Tese (Doutorado)**, Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012;
- Ferreira, A. B. H. **Miniaurélio século XXI escolar**: o minidicionário da Língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- PROETTI, Sidney. **Praticando a metodologia do trabalho científico**: livro de teorias. São Paulo: Edicon, 2015.
- NERI, Anita Liberalesso. **Idosos no Brasil**: vivência, desafios e expectativa na terceira idade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Edições SESC, 2007
- KACHAR, V. (2001). **A terceira idade e o computador**: interação e produção num ambiente educacional interdisciplinar. Tese de Doutorado em Educação. São Paulo, PUC.
- KACHAR. Vitória. **Longevidade**: um novo desafio para a educação. São Paulo: Cortez, 2001.
- SERRA, Deuzimar Costa. **Gerontagogia dialógica intergeracional**. Fortaleza: Edições UFC, 2015.
- ROMÃO, José Eustáquio. Círculo epistemológico-Círculo de cultura como metodologia de pesquisa. **Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, ano 9, n. 13. p.137-195, jan./jun. 2006.
- SERRA, Deuzimar Costa; AGUIAR, Cacilda Figueiredo Neri de (Org.). **Estatuto do Idoso em Cordel**. São Luís: UEMA, 2015.